



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9814

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Modifica e revoga resoluções

**Autoria:** Wanderley Ferreira de Oliveira

**Data:** 02/04/2019

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 11, de 23/04/2019. Acrescenta o parágrafo 8º ao artigo 115, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros. (As reuniões ordinárias que forem transformadas em Audiências Públicas, deverão contar obrigatoriamente com a presença dos vereadores, desde que realizadas no horário previsto no inciso II).

**Controle Interno – Caixa:** 8.1

**Posição:** 67

**Número de folhas:** 09

---

R E SOLU CÃO

Nº 11/2019

Especie: PR

Categoria: modificação Resolução

CX : 8.1

Ordem : 67

nº fls : 06



23.04. 2019

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2019

AUTOR:

Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira

ASSUNTO:

Altera Dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

#### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 02/04/2019
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça.
- 3 - *RENOVADO EM REGIME DE URGÊNCIA*
- 4 - *EM 23-04-2019, SALVO*
- 5 - *EMENDAS*
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG

Av. João Luiz de Almeida, 40, Vila Guilhermina – CEP 39400-466

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11 / 2019

*Altera dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.*

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG aprova e por seu presidente promulga a seguinte resolução:

Art. 1º – Acrescenta o § 8º ao art 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

Art. 115 - ....

§ 1º ....

§ 2º ....

§ 3º ....

§ 4º ....

§ 5º ....

§ 6º ....

§ 7º ....

§ 8º – As reuniões ordinárias que forem transformadas em Audiências Públicas serão obrigatórias a presença dos vereadores.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se os dispositivos em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal, 25 de Março de 2019.

  
Vereador - Oliveira Léga Policial Militar

**Wanderley Ferreira de Oliveira**  
**Vereador**



11

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 02 DE ABRIL DE 2019  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
RÉGIME DE URGÊNCIA  
EM 23 DE ABRIL DE 2019  
PRESIDENTE





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 011/2019 QUE “Altera dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros”, de autoria do Vereador Wanderley Ferreira de Oliveira.**

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto de resolução tem como objetivo alterar as regras referentes à presença de Vereadores durante as audiências públicas que forem oriundas de transformação de reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

O projeto em questão trata de questão interna da Câmara Municipal, não se vislumbrando nenhum vício de iniciativa, bem como, não se vê nenhuma ilegalidade em seu objeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de resolução em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de abril de 2019.

Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE RESOLUÇÃO Nº 11/2019**

**AUTOR: Ver. Wanderley Ferreira de Oliveira**

**MATÉRIA: “Altera Dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros – MG.”.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 02/04/2019, com entrada na Sala das Comissões no dia 03 /04/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo alterar a redação dos artigos §8º do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

A alteração proposta prevê a presença obrigatória dos vereadores nas audiências públicas quando estas ocorrerem por aprovação de requerimento transformando a reunião ordinária de terça-feira ou quinta-feira em audiência pública.

Como trata de matéria *interna corporis*, a proposição não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Resolução.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Suplente/Vice-Presidente : Ver. Valcir Soares Silva



# Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA ao Projeto de Resolução Nº 11/2019,  
que "Altera Dispositivo do Regimento Interno  
da Câmara Municipal de Montes Claros – MG. ”.

## EMENDA MODIFICATIVA

Altera o texto do art. 1º do Projeto de Resolução nº 11/2019, que acrescenta o § 8º ao art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Art. 115 (...)

§ 1º (...)

...

§ 8º – As reuniões ordinárias que forem transformadas em Audiências Públicas serão obrigatórias a presença dos vereadores, desde que realizadas no horário previsto no inciso II deste artigo.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2019.

Wilton Afonso Dias Soares  
Vereador

Vereador Wilton Dias

Emenda Legal e constitucional

~~Adm.~~  
jur.  
reflexos





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 11, de 23 de Abril de 2019

**Altera dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros (MG)**

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e por seu presidente promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** – Acrescenta o §8º ao Artigo 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros (MG).

Art. 115 - .....

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

§ 4º -

§ 5º -

§ 6º -

§ 7º -

§ 8º - Nas reuniões ordinárias que forem transformadas em Audiências Públicas, será obrigatória a presença dos vereadores, desde que realizadas no horário previsto no inciso II deste artigo.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de Abril de 2019

**Vereador – José Marcos Martins de Freitas**  
**Presidente da Câmara**

**Vereadora – Maria Helena de Quadros Lopes**  
**1ª Secretária**

## Certidão de Publicação

Certifico, nos termos do Art. 96, da L.O.M., que o(a)  
Resolução nº 11, de 23/04/19  
foi afixado(a) no Quadro de Avisos localizado no hall  
do 2º. piso do edifício sede da Câmara Munic.  
Montes Claros, em 29/04/19, para se tornar  
público(a).

Por ser verdade, firmo a presente.

Montes Claros-MG, 29 de abril de 20 19



1320.01.0025004/2019-16 – Publicada em 03/04/2019. O Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 3º da Resolução SES n. 2.999 de 16/11/11, suspende a prescrição e a dispensação das Notificações de Receita Especial Retinóides – folhas dos talonários de numeração 23193678 a 23193700, totalizando 23 (vinte e três) notificações, concedidas pelo Núcleo de Vigilância Sanitária da Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, uma vez que foram furtadas. A constatação do furto ocorreu em 22/02/2019, conforme declarado no Boletim de Ocorrência, Número de REDS 2019-008513580-001.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 11/19 – SEI 1320.01.0029107/2019-09 – Publicada em 04/04/2019. O Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 3º da Resolução SES n. 2.999 de 16/11/11, suspende a prescrição e a dispensação das Notificações de Receita Especial Retinóides – folhas dos talonários de numeração 12195702 série C a 12195750 série C, totalizando 49 (quarenta e nove) notificações, concedidas pela Vigilância Sanitária do município de Uberlândia, uma vez que foram furtadas. A constatação do furto ocorreu em 19/02/2019, conforme declarado no Boletim de Ocorrência, Número de REDS 2019-008072348-001.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 14/19 – SEI 1320.01.0024368/2019-22 – Publicada em 13/04/2019. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 3º da Resolução n. 2.999 de 16/11/2011, **INTERDITA CAUTELARMENTE** em todo estado de Minas Gerais, o produto REDUTOR DE VOLUME, marca LAUE, lote 224, fab. 30/10/2017, val. 30/10/2020, fabricado por Quebec Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., CNPJ: 10.724.163/0001-70, localizada na avenida Rodrigo Castilho de Avelar, n. 945 – Distrito Industrial – I, Patos de Minas – MG – CEP: 38706-706, considerando Laudo de Análise n. 3006.1P/02/2018/ IOM/FUNED-INSATISFATORIO quanto aos ensaios de validade da notificação e teor de formaldeído.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 15/19 – SEI 2260.01.0003973/2019-07 – Publicada em 16/04/2019. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso I do artigo 3º da Resolução n. 2.999 de 16/11/2011, **INTERDITA CAUTELARMENTE** em todo estado de Minas Gerais, o produto DIPIRONA SÓDICA 500mg/ml – USO ORAL, marca MAXALGINA, lote 2032A, fab. 07/2017, val. 07/2019, fabricado por Natulab Laboratório S.A., CNPJ: 02.456.955/0001-83, localizada na rua H, n. 02, Galpão III – Urbis II – Santo Antônio de Jesus, Bahia – Brasil – CEP: 44574-150, considerando Laudo de Análise n. 3398.1P/12/2018/IOM/FUNED-INSATISFATORIO quanto ao ensaio de teor de dipirona sódica.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 15/19 – SEI 1320.01.0003973/2019-07 – Publicada em 17/04/2019. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 3º da Resolução SES n. 2.999 de 16/11/11, retifica a NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS n. 15/19 – SEI 1320.01.0003973/2019-07 publicada em 16 de abril de 2019, nos seguintes termos: ONDE SE LÊ 1320.01.0003973/2019-07, LEIA-SE: 2260.01.0003973/2019-07, **INTERDITA CAUTELARMENTE** em todo estado de Minas Gerais, o produto DIPIRONA SÓDICA 500mg/ml, marca MAXALGINA, lote 2032A, fab. 07/2017, val. 07/2019, fabricado por Natulab Laboratório S.A., CNPJ: 02.456.955/0001-83, localizada na rua H, n. 02 – Galpão III – Urbis II, Santo Antônio de Jesus, Bahia – Brasil. CEP: 44574-150, considerando Laudo de Análise n. 3398.1P/12/2018/IOM/FUNED-INSATISFATORIO quanto ao ensaio de teor de dipirona sódica.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 16/19 – SEI 1320.01.0036553/2019-48 – Publicada em 18/04/2019. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso I e II do Artigo 3º da Resolução n. 2.999 de 16/11/2011,

**INTERDITA CAUTELARMENTE, SUSPENDE A PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E USO** em todo estado de Minas Gerais do produto LAVARROUPAS EM PÓ, CLARO UP, ENVASADO E COMERCIALIZADO pela empresa – CLARO INDÚSTRIA QUÍMICA E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS EIRELI – CNPJ 30.796.465/0001-05, situada na av. Coronel Pacífico Pinto da Fonseca n. 920, bairro Jardim Padre Lauro – Nova Serrana/ MG e FABRICADO por BLUE CHEMICAL DO BRASIL LTDA – CNPJ: 80.763.139/0001-26, situada na RUA CONSTANTE MORO SOBRINHO, n. 1355 – RIO PEQUENO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, pelo fato da empresa – CLARO INDÚSTRIA QUÍMICA E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS EIRELI – CNPJ 30.796.465/0001-05 não possuir Autorização de Funcionamento – AFE junto à ANVISA, nem Alvará Sanitário emitido por autoridade competente.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 15/19 – SEI 1320.01.0036553/2019-48 – Publicada em 23/04/2019. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 3º da Resolução SES n. 2.999 de 16/11/11, retifica a NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS n. 15/19 – SEI 1320.01.0036553/2019-48, ONDE SE LÊ NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS n. 15/19, LEIA-SE: NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS n. 16/19. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso I e II do Artigo 3º da Resolução n. 2.999 de 16/11/2011, **INTERDITA CAUTELARMENTE, SUSPENDE A PRODUÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E USO** em todo estado de Minas Gerais do produto LAVARROUPAS EM PÓ, CLARO UP, ENVASADO E COMERCIALIZADO pela empresa – CLARO INDÚSTRIA QUÍMICA E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS EIRELI – CNPJ 30.796.465/0001-05, situada na av. Coronel Pacífico Pinto da Fonseca n. 920, bairro Jardim Padre Lauro – Nova Serrana/ MG e FABRICADO por BLUE CHEMICAL DO BRASIL LTDA – CNPJ: 80.763.139/0001-26, situada na RUA CONSTANTE MORO SOBRINHO, n. 1355 – RIO PEQUENO – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, pelo fato da empresa – CLARO INDÚSTRIA QUÍMICA E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS EIRELI – CNPJ 30.796.465/0001-05 não possuir Autorização de Funcionamento – AFE junto à ANVISA, nem Alvará Sanitário emitido por autoridade competente.

**NOTIFICAÇÃO DA GERÊNCIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DVMC SVS** n. 17/19 – SEI 1320.01.0034431/2019-15 – Publicada em 24/04/2019. O Superintendente de Vigilância Sanitária – Presidente da Gerência Colegiada da SVS, no uso das atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 3º da Resolução SES n. 2.999 de 16/11/11, suspende a prescrição e a dispensação das Notificações de Receita “A” – folhas do talonário 58349 de numeração 120341 a 120360, totalizando 20 (vinte) notificações, folhas do talonário 58349 de numeração 511184 a 511180, totalizando 17 (dezessete) notificações e folhas do talonário 58349 de numeração 120369 a 120380, totalizando 12 (doze) notificações, que foram impressas com os dados da Secretaria Municipal de Tumiritinga no campo “Identificação do Emitente”, porém a impressão dos talonários de Notificações de Receita “A” estão em desacordo com o artigo 40 da Portaria n. 344, de 12 de maio de 1996. A constatação da irregularidade na Notificação de Receita “A” ocorreu em 12/02/2019, conforme informado no Memorando: SES/URSGVA-NUVISA, n. 14/2019, elaborado pelo Núcleo de Vigilância Sanitária da Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares/MG.

Montes Claros, 26 de Abril de 2019.

Sinvaldo Pereira da Silva  
Gerente de Vigilância Sanitária  
Autoridade Sanitária  
Montes Claros-MG

## CÂMARA MUNICIPAL

### CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

#### PORTARIA Nº104/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Resoluções desta Câmara Municipal nº15 de 31/08/99, nº24 de 18/04/2002, nº125 de 12/12/2006, nas Leis nº3002/02, 3.074/02, 3.906/08 e posteriores alterações, as instruções Administrativas nº01/2019 e 02/2019 deste Legislativo e demais legislações em vigor, **RESOLVE**:

**Artigo 1º.** Definir a estrutura do gabinete do vereador **João Paulo da Silva Bispo** conforme descrito a seguir: 01 cargo de assessor parlamentar G-248, 255 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-141, 150 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-116, 125 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-66, 75 pontos; 01 cargo de assessor parlamentar G-51, 60 pontos. **Total de pontos: 665.**

**Artigo 2º.** Nomear, a partir do dia 25 (vinte e cinco) de abril de 2019, para exercer, em comissão, o cargo de assessor parlamentar, os senhores a seguir, residentes e domiciliados neste município: Ronaldo Laércio de Oliveira Azevedo Filho, nível G-51, 60 pontos, Tamara Marques Rodrigues, nível G-116, 125 pontos, Viviane Gonçalves Farias, nível G-66, 75 pontos, ocupando vagas existentes no gabinete do vereador **João Paulo da Silva Bispo**.

**Artigo 3º.** Por se tratar de cargo comissionado, cuja exoneração se dá “ad nutum”, os servidores ora nomeados serão exonerações tão logo expire o mandato do vereador que os indicou, ou a qualquer tempo, por ato da Presidência deste Legislativo.

**Artigo 4º.** A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação no lugar de costume.

#### PUBLIQUE-SEE CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Montes Claros, 25 de abril de 2019.

JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS  
Presidente da Câmara

### CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

#### RESOLUÇÃO Nº11, de 23 de Abril de 2019

**Altera dispositivo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros (MG)**

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e por sua presidente promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º.** Acrescenta o §8º ao Artigo 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros (MG):

**Art. 115 -**

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º

§ 6º

§ 7º

§ 8º - Nas reuniões ordinárias que forem transformadas em Audiências Públicas, será obrigatória a presença dos vereadores, desde que realizadas no horário previsto no inciso II deste artigo.

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 23 de Abril de 2019

Vereador- José Marcos Martins de Freitas  
Presidente da Câmara

Vereadora- Maria Helena de Quadros Lopes  
1ª Secretária